

Turismo e participação da sociedade civil: discursos e práticas

Silvana Pirillo Ramos¹

Resumo: O artigo analisa os discursos de moderadores e consultores que trabalham em oficinas de mobilização e participação popular que visam elaborar, aprovar ou contribuir em projetos de desenvolvimento turístico. Por meio de entrevistas apreende-se as representações de profissionais que revelam a prática cotidiana da elaboração de projetos turísticos em um momento político brasileiro, que demanda cada vez mais a participação da sociedade civil e sua mobilização para a construção do desenvolvimento sustentável. Objetiva-se a compreensão das principais dificuldades que permeiam a construção de projetos turísticos com base em demandas reais da sociedade civil diretamente envolvida no processo e das múltiplas formas de uso do termo “participação” desvinculadas de uma prática real de exercício democrático.

Palavras-chave: Turismo. Participação Social.

A demanda da participação da sociedade civil no desenvolvimento do Turismo é estimulada com o PRODETUR², na década de noventa, com a proposta de formação de conselhos gestores, pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo, implantado entre 1994 e 2001, objetivando descentralizar as políticas públicas de turismo e fortalecer o processo do planejamento nos municípios, e também a partir da criação do Ministério do Turismo, que elaborou o atual Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Segundo o ex-Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia (2007):

Com certeza, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil constitui-se em um movimento que deve influir na percepção daqueles que atuam no processo de formulação, mobilização, execução e comercialização do produto turístico, e também dos que definem os instrumentos de política e de gestão pública. Trata-se de um modelo de desenvolvimento integral, na perspectiva da inclusão social, com ênfase na igualdade de

¹ Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: silvanapirillo@uol.com.br

² A portaria nº. 1 de 29/11/1991 instituiu, conjuntamente com a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e da Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) o PRODETUR – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – tendo como principal proposta promover e organizar o desenvolvimento do turismo na região (nove estados nordestinos e Minas Gerais).

oportunidades desejada pelas populações, em nome das quais se formula o Programa. Busca-se reafirmar as formas de existência das comunidades, seus costumes e suas crenças, as relações de poder e de interesses que as unem e as distanciam. Enfim, trata-se de uma contribuição para superar obstáculos e divergências e pensar a geração de riqueza vinculada ao movimento de grupos sociais regionalmente organizados, que demandam espaço de participação no processo de decisão e gestão.

Outro programa, atrelado a construção da cidade como produto turístico, que se estrutura na participação da sociedade civil é o Monumenta. Realizado pelo Ministério da Cultura, e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em parceria com a UNESCO, o Monumenta é executado com recursos de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da União, Estados e Municípios. Entre seus objetivos principais está revitalizar, de maneira sustentável os principais conjuntos patrimoniais urbanos do país e proporcionar o desenvolvimento do turismo cultural.

Por recuperação sustentável entende-se um conjunto de ações que vão desde as intervenções de conservação e restauro até a implementação de medidas educativas, gerenciais e administrativas, capazes de ampliar o retorno econômico e social dos investimentos públicos aplicados na conservação do patrimônio cultural brasileiro. O Programa propõe uma ação permanente e compartilhada entre os três níveis do setor público, a comunidade e a iniciativa privada, para manter conservados e socialmente apropriados os bens tombados nos municípios atendidos”³

Os projetos do Programa Monumenta são elaborados nos municípios sob a condição de se estruturarem na participação da população interessada. Para isso, são realizadas oficinas de planejamento participativo, nas quais a maioria dos representantes é originária da comunidade. É importante observar que a liberação recursos do BID está atrelada a comprovação da participação da sociedade civil e da representação de suas demandas nos projetos.

Desta forma, cresce o número de municípios que elaboram seus planos de desenvolvimento turístico consultando a comunidade por meio de oficinas⁴ que se utilizam

² <http://www.unesco.org.br/areas/cultura/destaques/monumenta>, acesso em 23/07/2007

⁴ Entende-se por “oficinas de participação popular” o encontro de diferentes grupos sociais interessados em um projeto, em um determinado espaço, para a discussão construção conjunta de todo um processo de desenvolvimento do mesmo, tendo por base uma metodologia, que geralmente é conduzida por um moderador.

metodologias que estimulam a participação popular, algumas nem mesmo reconhecidas pela academia ou que se baseiam simplesmente na prática de consultores e moderadores. As dificuldades em se obter a participação popular ou a representatividade da população nas oficinas, muitas vezes, se justificam por uma crítica à metodologia utilizada e a postura do moderador.

Diante da realidade apresentada o presente trabalho têm com objetivo analisar o processo de participação da sociedade civil nos projetos de desenvolvimento turístico na visão dos “moderadores de oficinas” com base na prática e experiência cotidiana dos profissionais de consultoria em múltiplos projetos turísticos desenvolvidos em Alagoas, Pernambuco e Sergipe. Pretende-se compreender as representações que esses profissionais tem com relação a participação da sociedade civil nos projetos turísticos e sua atuação nas oficinas de participação.

Metodologia de Trabalho:

É importante observar que se trata de um trabalho sobre representações sociais, ou seja, construções acerca da práxis. As representações sociais são definidas, segundo Minayo (2000) como categorias de pensamento, de ação e de sentimentos que expressam a realidade, explicando, justificando, e questionando-a. Elas não são simplesmente construídas pela influência do meio ou da realidade, mas contém o próprio sujeito que as exprime como seu agente de construção. As representações sociais têm por função ancorar os eventos da vida cotidiana em discursos, justificativas e teorias que permitem que eles adquiram um sentido.

O estudo das representações sociais é um instrumento, portanto para a compreensão e a construção de uma crítica do cotidiano e principalmente para apreensão da complexa teia de significados que compõe o discurso. Aprender essa complexidade é uma necessidade do sujeito para que ele possa dimensionar sua própria alienação, sua capacidade de assimilar aceitar e reproduzir idéias, conceitos como se esses fossem por ele mesmo construídos, negando muitas vezes as possibilidades de transformação.

Um dos caminhos para a apreensão dessas representações é por meio, justamente, da análise dos discursos e da tentativa de construção do “discurso do sujeito coletivo”. Para tanto

a pesquisa se propõe a utilizar-se da proposta metodológica de Lefèvre & Lefèvre (2000)⁵ de análise qualitativa a partir de quatro figuras presentes nos discursos, sendo elas a “ancoragem”, a “idéia central”, as “expressões chave” a o “discurso do sujeito coletivo”.

A “ancoragem” é a busca do no discurso de traços lingüísticos explícitos, de teorias, hipóteses, conceitos, concepções ideológicas existentes na sociedade e na cultura e que estejam internalizadas no indivíduo. Segundo Lefèvre & Lefèvre (2003), o Discurso do Sujeito Coletivo é uma estratégia metodológica com vistas a tornar mais clara uma dada representação social e o conjunto das representações que conforma um dado imaginário. Para efetivar essa análise é necessário localizar também as idéias centrais e as expressões chave. Trata-se da tentativa de “desmontar” o discurso individual e montar o discurso de um determinado grupo atrelado ao social.

O instrumento de campo mais adequado para essa análise qualitativa é a elaboração de um roteiro de entrevista semi estruturado. Para tanto foram entrevistados moderadores oriundos do SEBRAE, ONGs, Universidades Públicas e Privadas e Secretarias de Turismo, assim como o trabalho complementou-se pelo acompanhamento e observação de algumas oficinas.

As entrevistas se estruturaram com questões sobre a prática da realização da oficina de participação nos projetos turísticos, o significado que os moderadores atribuem a participação popular e como concebem sua atuação como interventor no processo de elaboração e desenvolvimento de projetos turísticos.

Turismo e Participação Popular: Entre muitos discursos

Abordar a temática da participação popular com os consultores que realizam uma prática de mobilização popular revelou-se uma tarefa muito delicada e que demandou muita habilidade dos pesquisadores na construção de uma relação de empatia.

⁵ O DSC foi desenvolvido no final da década de 90 por pesquisadores da USP no departamento de Saúde Pública. Desde a consolidação da técnica, até o momento, já foram apresentados ou encontram-se em processo de elaboração em torno de uma centena de trabalhos, entre projetos de pesquisa, dissertações de mestrado, teses de doutorado, avaliações de serviços, de cursos, de processos, etc. nas quais se aplicou a metodologia do DSC. Recentemente o método foi aplicado numa pesquisa quali-quantitativa patrocinada pela representação Argentina da Organização Mundial de Saúde. Cf. Banco de dados sobre trabalhos com o DSC. Disponível em www.fsp.usp.br/quali-saude.

“Sinto um mal estar grande quando penso na questão da participação... tenho formação em Turismo e História e várias vezes senti o peso de reproduzir um discurso vazio.” (Entrevistado 1)⁶

O discurso presente nas práticas dos consultores ,que atuam no dia a dia das oficinas, apontam inicialmente os elementos abaixo relacionados para justificar os empecilhos no processo do planejamento participativo:

- *Falta de preparo prévio das oficinas:* A oficina é um momento único, espaço de reivindicações que deve ser construído com elementos que estimulem a comunicação e que sensibilizem os participantes, sendo que o ambiente e as dinâmicas propostas devem ser estimulantes.

- *Falta de habilidade do mediador:* Seu compromisso é de honestidade, transparência, visão ampla e muita flexibilidade, pois a metodologia não pode ser confundida com uma receita pré-estabelecida e os grupos devem ser ouvidos e representados em suas reivindicações.

- *Desconhecimento das peculiaridades da comunidade local:* É de fundamental importância a pesquisa prévia, ou seja, obter conhecimentos sobre o local, suas origens e conflitos sócio espaciais. Para tanto é necessário levantamento da história do local, compreensão do significado das transformações, identificação das lideranças e de sua representatividade.

É evidente que os elementos relacionados dificultam o êxito das oficinas, mas sua eficiência e eficácia demandam estudos bem mais complexos, uma visão ampla de todo um processo de formação de uma cultura política e das bases estruturais do poder.

Além de um Estado com bases patrimonialistas de estruturação do poder, vários elementos, que não podem ser reduzidos aos fatores técnicos de planejamento e condução de oficinas, dificultam esse processo e interferem para que se possa colocar em prática os caminhos propostos pelas metodologias e se obtenha êxito.

Após algumas horas de conversa e às vezes alguns dias, os moderadores se aprofundaram na discussão sobre sua inserção o processo de participação e apontaram os principais entraves que vivenciam no processo de participação da sociedade civil. Dentre muitos fatores é importante destacar:

⁶ Por solicitação dos próprios entrevistados a identidade de cada um será preservada .

▪ *Ausência de Educação Patrimonial*: Falta a população princípios de valorização do patrimônio material e imaterial, dos saberes e das práticas cotidianas, da história e do processo de formação do espaço, sendo que as relações com o local têm se revelado absolutamente descartáveis.

▪ *Desconhecimento pela comunidade local do que é o turismo e suas implicações*: O desenvolvimento do turismo é um fenômeno recente no Brasil, a população desconhece seus impactos, seus efeitos diretos e indiretos e muitas vezes não atribui devida importância à atividade, se sente incapaz de discutir e opinar ou não percebe a necessidade da discussão.

▪ *Ausência de uma cultura política*: Tanto a população envolvida como os organizadores das oficinas sofrem com a falta de prática do processo de participação, uma vez que o fenômeno é recente no país. Isso resulta na não atribuição da importância devida ao processo. A população muitas vezes se nega a participar caracterizando o evento como desperdício de tempo, ou considerando que tomar decisões é papel do governo.

▪ *Propostas sedutoras atreladas ao capital*: Os investidores fazem propostas sedutoras à população, principalmente com relação à especulação imobiliária e geração de emprego que muitas vezes são mais estimulantes que as “chamadas” para as discussões coletivas.

▪ *O descrédito da população com projetos anteriores não desenvolvidos*: Muitas vezes inúmeras oficinas se realizam simultaneamente e as pessoas são chamadas à discussão o que demanda tempo e dedicação sem trazer retorno. A população sofre com uma seqüência de projetos que se iniciam e se não se concretizam, sente-se desrespeitada em seus anseios e expectativas. Isso gera um descrédito muito grande desestimulando o envolvimento e a participação.

▪ *Cultura da violência*: No Nordeste brasileiro é comum o controle das ações dos grupos menos favorecidos por meio de ameaças físicas e psicológicas, sendo que o controle sobre a participação popular se dá pela geração e propagação do medo generalizado.

Além dos fatores apontados, os moderadores relatam que, na maioria das vezes, oficinas de participação popular são realizadas como meras etapas de projetos a serem cumpridas, para que conste que a população foi devidamente consultada e se eliminem empecilhos para obtenção de recursos em projetos que, muitas vezes, atendem às necessidades específicas de determinados grupos hegemônicos.

Reforçando o discurso, Beni, (2006, p. 63) faz um relato do fato:

Muitas entidades públicas e privadas consentem na participação dos cidadãos, pois muitas vezes os resultados precisam ser apresentados a bancos de financiamento internacionais, além de serem mostrados nas campanhas políticas das eleições seguintes, fato bastante conhecido na história brasileira.

Sendo assim, proporcionar a “co gestão” de um projeto a determinada população torna-se uma necessidade para a aprovação de verbas e financiamentos oriundos de órgãos internacionais e algumas vezes o processo de participação é imposto ou até mesmo forjado

Outro problema é a imposição de um processo de planejamento participativo para um grupo que está absolutamente despreparado, a ausência de discussão e compreensão das políticas que são os verdadeiros elementos condutores de qualquer processo de planejamento. Dessa forma originam-se projetos em que a população é mera executora e que acaba por se surpreender com resultados muitas vezes decepcionantes.

“Quando eles percebem o que fizeram... o que disseram... com o que concordaram já é tarde demais... O pior é que não podem dizer nada porque assinaram embaixo, sem nem mesmo perceber.” (Entrevistado 4)

O turismo, no Brasil, é caracterizado nos discursos governamentais e empresariais, desde a década de cinquenta, como potencial impulsionador de desenvolvimento econômico podendo gerar emprego e renda para as comunidades carentes e inclusão social. Palavras como “desenvolvimento sustentável”, “redução da pobreza”, “cidadania” e “aproveitamento de mão de obra local” são muito presentes nos discursos.

Diante da concepção de turismo sustentável que exige, principalmente, visão de futuro, o que se percebe é uma apologia da atividade turística sem uma visão da dimensão dessa atividade o que tem gerado ações incipientes,

mas a efetiva política como “a espinha dorsal do formular (Planejamento), do pensar (plano), do fazer (projetos e programas), do executar (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do reprogramar (estratégia) e do fomentar (investimentos e venda) e desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais é praticamente inexistente. (Beni:2001, p.77)

As transformações do espaço ocasionadas pelo desenvolvimento do turismo são cada vez mais evidenciadas e como se pode perceber ocorrem de forma desordenada sem regulação do Estado e sem controle da sociedade civil que sofre diretamente os impactos. A cidade

turística tem se revelado um espaço de exclusão social da população carente e favorecimento de grupos empresariais, muitos deles estrangeiros.

Nesse sentido é de fundamental importância que a sociedade civil discuta suas possíveis formas de intervenção no espaço e como se inserir no processo de desenvolvimento local.

Por outro lado, o que revela os discursos dos moderadores é que nem sempre ocorre a representação de interesses múltiplos de vários segmentos da sociedade civil na concepção, desenvolvimento e execução dos projetos. Alguns grupos atrelados ao poder e controle sobre o desenvolvimento econômico muitas vezes tornam-se hegemônicos. Nesse sentido Silveira (2002, p. 96-97) caracteriza

a distinção entre participação ampla em todos os estágios do processo de planejamento, implementação e controle de ações de desenvolvimento, e a simples manipulação de recursos humanos para implementação de projetos, programas ou planos turísticos concebidos de fora e impostos à população de forma mais ou menos autoritária.

Quando se discute planejamento participativo é importante definir que se trata da elaboração conjunta de um instrumento que vai nortear uma intervenção promotora de mudanças, na maioria estruturais.

“Muitas vezes você não está proporcionando a participação, mas o projeto vem pronto e a tarefa é de mero convencimento dos diferentes grupos que vão sofrer as intervenções.” (Entrevistado 1)

“ Considero o processo de realização de oficinas muito importante para os diferentes grupos. É um exercício democrático... mas eu não posso negar que a maior parte das ações e decisões vem prontas como pacotes encomendados” (Entrevistado 3)

É necessário, portanto, como afirma Bordenave (1999), distinguir a verdadeira participação da simples “consulta ao povo”, ou seja, não se trata de um momento em que se busca aprovações para intervenções propostas por uma equipe técnica governamental, mas de um momento de nascimentos de percepções conjuntas das necessidades de intervenções, de como elas devem ser realizadas e monitoradas.

O Planejamento Participativo é um instrumento, antes de tudo, de caráter educativo, pois é com o exercício da participação é que se aprende a participar. Sua proposta é o estímulo inicial para que o grupo se motive a lançar um olhar questionador para seu cotidiano,

identificando problemas, caracterizando as inter-relações entre esses problemas, identificando dificuldades e as responsabilidades coletivas nesse processo.

Segundo Demo (1996, p.45)

tendo a organização do grupo como estratégia, o planejamento participativo se constitui pela formação da consciência crítica e autocrítica na comunidade, através da qual se elabora o conhecimento adequado dos problemas que afetam o grupo. A comunidade – com seu saber e em consórcio com o saber técnico, um posicionamento crítico diante da realidade e dentro de um contexto planejado e em comum, identifica e prioriza os problemas – formula estratégias concretas de seu enfrentamento e encontra caminhos alternativos e propostas de negociação.

Uma gestão democrática de projetos traz em seu cerne uma concepção de participação e envolvimento político se constituindo em um palco para o permanente exercício de cidadania. Trata-se da possibilidade da constituição de espaços de construção e reconstrução da análise das relações cotidianas e das condições sócio-culturais por meio do exercício de um olhar crítico apurado das peculiaridades dos problemas, anseios, expectativas que, às vezes, passam despercebidas.

O processo de descentralização e a promoção de canais de ação direta do governo junto à população é uma tarefa complexa da construção da democracia e requer mudanças na concepção de gestão pública, não só dos agentes governamentais, na forma de se relacionar com o cidadão em geral, mas do próprio cidadão que vem de uma tradição de imposição das ações do Estado e do seu não reconhecimento como agente atuante na política.

Os moderadores apontam no discurso um Estado absolutamente ausente, caótico e que representa os interesses da elite que pode lhe “render alguma vantagem política”, um Estado que “mascara a participação popular”.. utiliza uma espécie de maquiagem porque falar em participação popular “cai bem” no cenário internacional, e é o próprio discurso da Organização Mundial do Turismo.

Dessa forma, um projeto deve trazer, em suas origens, metodologias que possam conduzir essa interação da população envolvida com o órgão de gestão; formas de construir parcerias na condução conjunta de soluções e no atendimento as principais demandas do grupo. Os moderadores reconhecem a importância desse processo de participação como uma condição *sine qua non* a própria sustentabilidade do projeto, mas não sabem como e nem se sentem capazes de serem agentes dinamizadores de tal processo.

Considerações Finais: Os Dilemas da Participação

Os moderadores afirmam que percebem a dificuldade de diálogo do Estado com a Sociedade Civil e o quanto prevalecem interesses de um Estado que segundo eles representam determinados setores de elites que conseguem, por meio do projeto, lucros e vantagens pessoais. A fragilidade da maioria da população é algo que impressiona, principalmente a facilidade de cooptação de algumas lideranças que supostamente representam interesses de determinado grupo

O próprio processo e formação do Estado Brasileiro é contraditório com os princípios da participação popular. Para Schwartzman (1998), a formação do Estado Brasileiro se dá em um processo dual constituindo-se de um lado o modelo patrimonialista de dominação e de outro um modelo racional atrelado à modernidade, diante do qual a própria questão da legalidade perde o sentido tornando-se artificial no contexto.

No cenário político esfera pública e esfera privada se entrecruzam sem limites definidos, e interesses pessoais de determinados grupos são privilegiados em detrimento de outros sendo que dessa forma possibilita – se a manutenção de poder.

O modelo patrimonial ocorre sem a mediação dos grupos sociais organizados ou da representação de interesses diversificados, ou seja, o que se tem é um sistema de cooptação com uma permanente negociação do Estado com os diferentes grupos sociais, oferecendo ou não determinados privilégios e favorecimentos. Trata-se da constituição de um sistema absolutamente clientelista em que não existe ou não se faz prevalecer nenhuma forma de contrato social.

... o mecanismo principal que faz funcionar esse sistema é o clientelismo (as prebendas são primeiro degrau de uma série de hierarquias clientelísticas) Este sistema de trocas horizontais e verticais de bens que para uma concepção mais racional e moderna da vida social e política são bens públicos, é contraditório com a vigência de um estado de direito, da cidadania e de toda a accountability (O'Donnel,1988, p.66)

Diante desse quadro, pensar a participação popular é pensar na ruptura de um sistema absolutamente arraigado na cultura política brasileira, ou em algo que tem se travestido de ruptura, mas que se constitui na prevalência das formas de dominação. Benevides (1991) ao discutir as relações de poder e as demandas das novas políticas pela participação popular

ressalta a questão da “representação teatral do poder diante do povo”, que passa a considerar que as relações aparentemente se transformaram, mas na verdade o que ocorre é mera ficção.

“Maquiavel já dizia que você não precisa ser justo... mas o importante é parecer justo. A lógica do planejamento participativo me parece essencialmente maquiavélica.” (Entrevistado 1)

Discutir a participação popular, portanto é algo extremamente complexo e requer um olhar sensível, capaz de perceber e compreender as mazelas do poder.

O problema principal com os Estados de base neopatrimonial não é que eles mantenham o povo em situação dependente e alienada, mas principalmente, que todas as formas de organização social que eles geram tendem a ser dependentes do poder público e orientadas para a obtenção dos seus favores. O simples transbordamento das estruturas de dominação mais tradicionais, e a criação de novas formas de organização política e social, não garante que este padrão de comportamento não vá se reproduzir. (Schwartzman, 1988, p. 23)

A fala de um dos moderadores ilustra muito bem essa questão “No Nordeste brasileiro principalmente as pessoas sobrevivem de um sólida rede de relacionamentos... as vezes é melhor concordar... aceitar.. É difícil demais cair fora da rede. Você fica mal visto e pode não sobreviver.” (Entrevistado 4)

É preciso considerar as peculiaridades do país. No Brasil vive-se um fenômeno bem mais preocupante que o da exclusão social, aquilo que Giddens (2004, p. 265) denomina exclusão política:

Uma participação política ativa pode estar fora do alcance dos indivíduos socialmente excluídos, aos quais podem faltar informações, as oportunidades e os recursos necessários para o envolvimento no processo político. Fazer lobby, participar de comícios e comparecer a reuniões políticas, tudo isso exige um grau de mobilidade, tempo e acesso a informações que podem estar faltando em comunidades excluídas. Tais desafios crescem em espiral, à medida que as vozes e as necessidades dos socialmente excluídos não conseguem ser incorporadas às agendas políticas.

O que se observa é, que diante da atividade econômica com tantos impactos negativos e que tantas mudanças estruturais ocasiona no espaço, o efetivo planejamento com a participação e a inclusão da sociedade local têm se revelado um fenômeno complexo. O

planejamento participativo ainda permanece muito distante da prática cotidiana da gestão da cidade turística e envolvido por uma série de mitos.

“Muitas propostas já estão prontas... então você deve convencê-los do que é melhor... o discurso é sempre esse. Melhor para quem? Questão sem grande importância na conjuntura de interesses Nós, no papel de ‘moderadores de oficina’ somos apenas operários desse processo exercendo nosso trabalho. Acho até que é muito bonito, mas é um trabalho como qualquer outro no sistema capitalista.” (Entrevistado 6)

São muito as discussões que o discurso dos moderadores nos trazem, mas o essencial no presente artigo é deixar uma interrogação sobre um processo que nos parece sustentável e politicamente correto e que é denominado, muitas vezes, como exercício da cidadania. A interrogação deve conduzir a construção de novos olhares sobre o fenômeno que consideramos como “participação da sociedade civil nos projetos de desenvolvimento turístico.”

Referências Bibliográficas

- BENEVIDES, M. V. M. (1991) *A cidadania ativa: referendun, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática.
- BENI, M.C. (2006) *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph.
- BENI, M. C. (2000). *Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional –Planejamento Integrado e Sustentável do Turismo*. In: Lage, Beatriz Geles e Milone, Paulo César. *Turismo: Teoria e Prática*, São Paulo, Atlas, pp. 165-171.
- BERNAT, V. e COSTA, M. J. (2004) *Diagnóstico Social Participativo: Um Guia de Elaboração*. Rio de Janeiro: Muito Especial.
- BORDENAVE, J. E. D. (2004) *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense.
- BORDENAVE, J.E.D. e CARVALHO H. M. (1997) *Comunicação e Planejamento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DEMO, P. (1996) *Educação e qualidade*. 3. ed. Campinas: Papirus.
- DEMO, P. (2005). *Miragem do Emprego - Boletim Técnico do Senac* [online], vol. 01, nº 01 - janeiro/abril de 2005. Disponível em <www.senac.br/informativo/bts/index.asp> Acesso em: 21/06/2006

- GUIA, W. M. (2007) *Turismo: geração de riqueza e igualdade de oportunidades*, In: *Diretrizes Políticas*. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br/regionalizacao/>> Acesso em: 10/03/2007.
- GIDDENS, A. (2005) Pobreza, Previdência Social e Exclusão Social. In: **Sociologia**, Porto Alegre. p.254-281
- LEFÈVRE, Fernando & LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. (2003) O Discurso do Sujeito Coletivo. Um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Desdobramentos. Caxias do Sul: EDUCS.
- LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti; TEIXEIRA, Jorge Luis Vieira. (2000) *O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*. Caxias do Sul: EDUCS.
- MINAYO, Maria Cecília. (1992) *O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec/Abrasco.
- MINISTÉRIO DO TURISMO – Mtur (2003). *Plano Nacional de Turismo: Diretrizes, metas e programas – 2003 /2007*. Brasília/DF:MT.
- MINISTÉRIO DO TURISMO – Mtur (2005). *Turismo Sustentável e Alívio da Pobreza no Brasil*. Brasília/DF.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (1996). *Planejamento para o Desenvolvimento de Turismo Sustentável em nível municipal*. Madrid.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (2001). *Introdução ao Turismo*. São Paulo, Rocca.
- O'DONNELL, G. (1988) *Hiatos, instituições e perspectivas democráticas*. In: *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice.
- SILVEIRA, M. A. (2002) *Planejamento Territorial de Dinâmica Local*. In RODRIGUES, A. B. *Turismo e desenvolvimento local*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SCHWARTZMAN, S. (1998) *As bases autoritárias do Estado Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus.